

O ESCLARECIMENTO E A MORAL DA HISTÓRIA

Luiz Bicca
UFRJ

Tendo escolhido o domínio da filosofia prática como contexto para refletir sobre a herança da filosofia kantiana, o autor procura examinar alguns problemas centrais da ética e da filosofia política de Kant, tais como: o progresso ético do ser humano, a relação entre a política e a moral, a finalidade na História, considerando o conceito de esclarecimento como base e *leitmotiv* da discussão.

Choosing the practical philosophy as the context to reflect on the heritage of Kant's philosophy, the author tries to examine some central problems of kantian ethics and political philosophy, for instance: the ethical progress of human being, the connection between politics and morality, the finality in History, considering the notion of Enlightenment as basis and *leitmotiv* of discussion.

Gostaria de propor como interpretação do legado do pensamento kantiano uma reflexão ético-política assentada no conceito de esclarecimento. Restrinjo assim intencionalmente o esforço para estabelecer o sentido dessa herança no âmbito de sua filosofia prática. Mantendo uma linguagem tradicional que se utiliza de imagens de luz e sombra — uso que aparece com frequência na história da filosofia — “esclarecimento” é uma das palavras pelas quais o termo alemão *Aufklärung* será aqui traduzido, designando um processo geral que perpassa épocas e culturas diversas, em distinção para com

iluminismo ou *ilustração* deixados para significar particularmente o movimento cultural do século XVIII.

O conceito de esclarecimento, na medida em que possui o sentido de processo, significa algo inacabado, voltado, por excelência, para o futuro. Este ponto de partida da presente exposição não é desprovido de pressupostos. A liberdade e a crença, dela decorrente, de que haja algo como um progresso ou aperfeiçoamento ético do ser humano, são os alicerces imprescindíveis da compreensão da história aqui em jogo. Pressupõe-se, por outras palavras, que os homens não são deterministicamente programados em seu agir, mas que são, ao contrário, capazes de auto-regular-se, auto-orientar-se. De acordo com isso, esclarecimento pode ser compreendido como um conjunto de atividades e procedimentos, teóricos e práticos, que são indispensáveis para a efetivação de uma espécie de epopéia que ainda não chegou a seu ato final: a história da liberdade. Nesse sentido, aquilo que herdamos ou com que somos aquinhoados é um punhado de tarefas, que, se por um lado, mui provavelmente não concluiremos, por outro, não necessariamente são para ser interpretadas como *nonsense* ou trabalho de Sísifo.

Mas, se pelo pouco que foi apresentado, não é difícil perceber que o pensamento aqui busca firmar raízes no solo da filosofia de Kant, extraindo-se outro significado da palavra *processo*, ele pode considerar-se como nela melhor instalado. Por analogia com o que é identificado como típico da atividade forense, denota-se então, através daquele termo, uma conduta argumentativa, dialógica, de censura ou crítica, bem como de defesa ou legitimação perante um tribunal. Ao acatar-se com Kant a razão como instância competente de julgamento, pretende-se apresentar o esclarecimento à maneira de um procedimento de fundamentação racional de fins ou objetivos concretos do agir e para os critérios de decisão em vista da representação desses objetivos ou fins.

A época da Ilustração é facilmente apontada como sinônimo de um tempo de intensa atividade crítica, que nessa generalidade designa aquela frutífera efervescência intelectual, cujas diatribes tanto fustigaram o poder absolutista. Em Kant, porém, a atitude crítica no pensar exige mais que apenas investidas contra a autoridade em nome da razão, já que a própria autoridade da razão é posta em causa. Nele, a reflexão crítica possui uma incumbência censora: disciplinar a tendência natural da razão humana e voar com conceitos para além dos limites da experiência. Daí ser necessária uma autocrítica da razão, ou seja, que esta se esclareça sobre seu poder efetivo. Nesse sentido, quantos

racionalistas iluministas seus contemporâneos não poderiam cair sob a classificação de dogmáticos, no significado pretendido pelo idealismo transcendental kantiano? Como quer que seja, Kant considerava esse mesmo período como uma “era de esclarecimento”, que, se não expande indefinidamente os conhecimentos, permite, de outra parte, no que se refere à ação humana, pôr à prova doutrinas e instituições consagradas, abrindo caminho para o estabelecimento de novos, o que já é muito.

Hoje, talvez o esclarecimento se defronte com dificuldades e obstáculos mais sutis e complexos do que no século XVIII. Eles não podem ser ignorados, do contrário o empreendimento se tornará apenas uma causa cheia de bons propósitos, todavia abstrata. Passados dois séculos desde que Kant publicou sua famosa “resposta”, alargaram-se, nesse ínterim, os horizontes culturais. O público de fato a que se dirige o *Aufklärer* ampliou-se intra e internacionalmente, multiplicaram-se as tradições que concorrem na formação dos espíritos, sem falar no surgimento das diversas utilizações ideológicas do conceito de liberdade, contribuindo para confundir o próprio processo de aperfeiçoamento ético-político. A própria filosofia que no presente se reclama ou vincula-se de uma algum modo à empresa iluminista, cindiu-se, tomando caminhos diferentes por meio de propostas teóricas que se confrontam no panorama espiritual contemporâneo. Do neoliberalismo de um Dahrendorf ou, mais recentemente, de Rawls, passando pelo racionalismo crítico (Popper, Albert, Lenk), às gerações da *Kritische Theorie*, despontam os atores intelectuais que encenam, neste século, boa parte da dialética do esclarecimento. Além disso, não poderia nosso próprio tempo ser interpretado como uma época, para utilizar-me da expressão de Hegel, de “ilustração insatisfeita” — onde formas de vida e modos de comportamento tradicionais não são mais óbvios, enquanto novas orientações não são ainda ou de todo convincentes?

Ora, Kant é freqüentemente citado como a mais elevada expressão teórica da Ilustração. Corresponderia ele, a rigor, àquele lugar-comum de otimismo racionalista? Só uma exegese muito parcial de seus escritos poderia sugerir tal desfecho. Se há um legado do pensamento kantiano em geral para a posteridade filosófica é precisamente a preocupação com o que efetivamente pode a pura razão. Sua obra revela, porém, contra as expectativas de tantas figuras anteriores da tradição filosófica, que a mera razão pode muito pouco, ao menos em seu uso teórico, com pretensões cognitivas. Em contrapartida, é no interior do âmbito geral da reflexão sobre a *práxis* que sua atuação é não só eficaz como bem-vinda. Aí se descortinam perspectivas positi-

vas de herança do pensamento kantiano. Uma delas é sua filosofia do esclarecimento, na relação que ela mantém com a dimensão ético-política do agir humano.

I

Na história do movimento iluminista, a figura representada por Kant pode ser tomada como momento de autocrítica. É a Ilustração se definindo e com isso trazendo à luz do dia seus limites. Como na (auto-)crítica da razão, o esclarecimento apresenta a si mesmo as fronteiras de uma atuação legítima, válida, do intelecto humano. Kant não acreditava que esclarecimento fosse privilégio ou exclusividade de sua época — a qual sequer considerava esclarecida, mas em esclarecimento. Não alimentava assim maiores ilusões acerca de seu próprio tempo. De fato, ao exibir um público leitor reduzido a uma minúscula porcentagem de cada população nacional — destinatário real, que poderia ser atingido e mobilizado pela fala do letrado iluminista — o século XVIII não poderia mesmo ser considerado uma época ilustrada.

Do esclarecimento faz parte necessariamente a crítica da própria época no interior da qual se pensa. Escrever era uma atividade que o filósofo iluminista não pretendia dirigir apenas a seus pares, e sim a um horizonte de interessados o mais amplo possível. O pensamento que se autocompreende como esclarecedor e crítico busca abrir diálogo, deseja ser respondido. Para ele, clareza de linguagem é um valor de primeira grandeza. Não obstante, a intenção de ser compreendido e convincente jamais acarretou, em termos do trabalho intelectual de Kant, sob hipótese alguma, manifestações de vulgarização ou simplificação grosseira de qualquer problema inserido na “ordem do dia”. A tão comum infantilização dos destinatários ou potenciais interlocutores naquilo que se pretende comunicar, atitude facilmente combinável às melhores intenções emancipatórias, já aparecia a seus olhos como um desrespeito à inteligência daqueles e à natural predisposição cognitiva da espécie. Atesta-o sua pouca simpatia pela chamada “filosofia popular” de autores como Garve, Mendelssohn, Eberhard, dentre outros.

Assim, a respeito também deste último problema, a resposta de Kant à pergunta: “O que é esclarecimento?” constitui-se num exemplo excelente de exortação para utilizarmos-nos de algo de que fomos naturalmente dotados: da razão. Cabe lembrar entretanto que, se o esclarecimento não é um processo que equi-

valha tão-somente a uma liça escolástica ou a um debate fechado entre especialistas, tampouco é evento casual, fruto de algo como uma *generatio aequívoca*. Ao compreender a totalidade dos cidadãos e, para além destes, a espécie como um todo, como o horizonte maior e decisivo do esclarecimento, não pretende Kant obscurecer a realidade da função objetiva da competência.

A resposta de Kant vincula desde o início esclarecimento e emancipação. Indica uma tarefa a ser levada a cabo por e em cada indivíduo humano: efetivar sua maioridade, lá onde por convenção já pode ser considerado maior ou emancipado. Esclarecimento vincula-se assim diretamente à autonomia — conceito central da filosofia prática kantiana. O sentido de *Aufklärung* está contido na máxima que incita cada sujeito dotado de razão a pensar por si próprio, a “servir-se de seu próprio entendimento”, ao invés de deixar-se submissamente conduzir em suas ações por pretensas autoridades. Mas, convenhamos: a famosa definição, oferecida logo no início da “Resposta”, opera antes de tudo uma provocação. Ela é uma estocada na inércia ou no comodismo de seres naturalmente inteligentes e que preferem, entretanto, viver no humilhante estado de tutelados. E é tão incisiva, que quase se é levado a crer, numa primeira impressão, que o esclarecimento se esgotaria em um negócio privado, exclusivista e individual. Decerto, ele não é algo que possa ser impingido. Tais tentativas significam em geral substituir alguma crença dogmática por outra. Nenhum poder político deve pretender fabricar mentes esclarecidas, nem constranger indivíduos a esclarecer-se — o que por si só já é um rompimento com o pressuposto essencial de semelhante atividade.

Que todos os seres humanos sejam senhores de si mesmos, respondendo efetivamente por suas decisões ou justificando racionalmente seus atos é uma situação ideal, que se deve até esperar, mas que não seria acionável com eficiência, se o esclarecimento se deixasse focalizar apenas sob a ótica das subjetividades isoladas. Como Kant mesmo admite, a atividade classificadora compreendida à maneira de um esforço individual é tarefa quase impossível. Kant parece desconfiar da eficácia do autodidatismo. Que o indivíduo apenas entregue a si mesmo possa esclarecer-se é improvável. Mas que um público possa levar adiante tal iniciativa, diz ele, é inevitável, bastando, para tanto, que seja deixado em liberdade. Por essa via, o raciocínio, que numa primeira instância aborda o esclarecimento numa perspectiva, digamos, moral-individual — onde é privilegiado o aspecto interno de auto-emancipação, de não imputar-se a outrem as deficiências ou falhas próprias — caminha em di-

reção a uma perspectiva ético-política. Esclarecimento subjetivo e intersubjetivo são planos indissociáveis.

Kant crê numa certa espontaneidade no processo de esclarecimento, pois em última análise é da natural espontaneidade ou atividade do entendimento que se trata. Deixado livre, o intelecto humano é como que por si mesmo impelido, reencontra sua destinação natural. Então, aos poucos os papéis se redistribuiriam: não haveria apenas uns poucos tutores acima de muitos tutelados, e sim cada vez mais interlocutores, parceiros de um diálogo que se alastraria e ampliaria. Mas não há que se fazer ilusão. O esclarecimento de um público, um movimento que abarca a própria espécie, é um processo lento. Este consiste numa série de tentativas de reforma do modo de pensar, forma de transformação adequada à racionalidade humana e que deve ser preferida à violência da revolução.

Mas, através de que argumento a tão falada liberdade é apresentada como condição de possibilidade do esclarecimento? Antes de tudo, a liberdade que está em questão é referida pelo próprio Kant: ela é “a mais inofensiva dentre tudo o que liberdade possa significar, mais precisamente: de fazer uso público de sua razão”¹. Como se vê, trata-se da liberdade de pensamento e necessidade de se obedecer às leis e normas da sociedade civil. À distinção entre os pontos de vista numenal e fenomenal, segundo os quais na *Crítica da Razão Pura* um mesmo sujeito humano pode ser considerado, corresponde aqui a que contrapõe o uso público ao uso privado da Razão. Conforme o ponto de vista sob o qual o homem seja considerado é legítimo, porque benéfico para o aperfeiçoamento, limitar a liberdade. Nesses termos, ao *homo fenomenon* corresponde aqui o uso privado da razão, que deve ser — e é — limitado pelas regras ou normas da função ou cargo desempenhado por um determinado indivíduo. Este mesmo integrante de uma determinada sociedade pode ser, por outro lado, tomado como cidadão de uma comunidade ideal, a quem deve ser permitido usufruir da liberdade conveniente à sua universalidade: é o ponto de vista cosmopolita do uso público da razão, segundo o qual cada ator se comporta como se falasse para o mundo, aspecto em que a restrição externa de sua liberdade é um mal — não só imediatamente, para a subjetividade em questão, mas para a espécie em sua totalidade. Privadamente há funcionários, oficiais, professores, etc., que são e devem ser externamente coagidos a comportar-se apenas cumprindo o que define sua função. Publicamente todos são seres de universalidade, que devem ser tratados pelo poder político como agentes capazes de se autorregular, a exercer sua autonomia — o que não significa que

1. Kant, *Was ist Aufklärung?*, in: *Werkausgabe* (ed. W. Weischedel) — a seguir designada por WA — Bd. XI, P. 55.

estejam entregues à mais desenfreada arbitrariedade, mas apenas que não devem sofrer censura, ser juridicamente impedidos de manifestar suas opiniões, perante as quais somente eles mesmos, como não tutelados, serão responsáveis.

Que não se pense, contudo, que semelhante libelo a favor da liberdade de pensamento convive com algum tipo de crença na infalibilidade da razão pura. Não há garantias prévias de acerto permanente na orientação do pensar. Antes há riscos, sobretudo quando ela envereda por empreendimentos em que só dispõe de um único meio de referência: o sentimento de uma necessidade (*Bedürfnis*) que lhe é própria — sua necessidade natural de julgar, que afeta tanto seu uso teórico, quanto seu uso prático. Que consciência deve-se ter, então, nesses casos em que a razão dirige seu uso sem dispor de fundamentos cognitivos objetivos? A resposta soa como advertência: "Orientar-se no pensar em geral quer dizer portanto: na falta de princípios objetivos da razão, determinar-se, naquilo que se crê ser verdadeiro, segundo um princípio subjetivo da mesma"². Nessas circunstâncias, onde o que é oferecido às individualidades agentes não é sob hipótese alguma conhecimento científico, é importante que se saiba que a razão tem de se contentar só com alguma máxima para proferir seus juízos. Esse esforço de precaução é decisivo antes de se passar a qualquer emprego empiricamente vinculado do entendimento. Por ele se contorna, em sua origem, um grave equívoco: o de aceitar como objetivamente fundado o que só subjetivamente o é — o que é típico das "dogmatizações com a razão pura", tão habituais nas engenhosas elaborações discursivas, que se apresentando como científicas, aspiram a orientar a conduta dos homens.

É admissível que o modo pelo qual Kant procura responder à questão do esclarecimento suscite problemas e não remova muitas das dificuldades que buscava resolver. Sobretudo o aspecto da menoridade autocausada prestou-se a variadas objeções provenientes de tantas cabeças bem-pensantes, a maior parte em nosso século. Tal pensamento parece fadado a despertar antipatias. Nos tempos atuais, onde tanto se recorre à história, à ação do inconsciente, até mesmo à biologia; e, quando o que está em jogo é o trato com a coisa pública, aos números, porque não às intempéries? — tudo enfim isentando de responsabilidade os reais agentes face a seus (maus) feitos, a ponto de parecer vivermos uma época de desculpa universal — a resposta de Kant só poderia mesmo afigurar-se como simplista. De todo modo, o espírito que a preside encontrou continuadores já na geração seguinte de filósofos. Basta compará-la, por exemplo, com a afirmação mordaz pela qual Hegel responde, na *Feno-*

2. Kant, *Was heisst: sich im Denken orientieren?* in: WA, Bd. V, p. 270.

menologia do Espírito, a outra questão célebre posta anos antes, aliás, por Frederico II: se em determinadas circunstâncias é permitido enganar o povo. Remando um pouco contra a corrente, não se insistirá aqui com as objeções usualmente levantadas. Ao contrário, um mérito pode ser destacado: o de ser nada paternalista na forma de encarar as individualidades agentes, não abrindo espaços para culpabilizações alheias, geralmente eficazes, onde se buscam “bodes expiatórios” que saciem o desejo de vingança e tranquilizem as consciências dos participantes.

Pensamento que não se exterioriza não tem importância. Kant enfatiza o valor do pensar por sua dimensão social, comunicativa. A liberdade de expressão é, porém, conseqüentemente balizada pela ética da autonomia. Também neste domínio a arbitrariedade é equiparada a uma ilusão: “A conseqüência de tal ilusão é a de que, se a razão não se curva diante das leis que ela mesma se dá, curvar-se-á diante das que outros lhe darão. Como ela bem sabe, não há jogo sem regras, nem mesmo a maior das tolices, e a arrogância que normalmente acompanha a irresponsável ilusão de ausência de leis no pensar cedo ou tarde descobre que precisamente a liberdade é aí a grande prejudicada”³.

3. Kant, *ibid.*, p. 280.

A liberdade de pensar é, portanto, dirigida por princípios, antes de tudo, de natureza moral. O propósito de moralidade acompanha o procedimento esclarecedor e deve estar na base da liberdade que lhe é essencial. Isto fica mais evidente quando se considera uma nota do artigo *O que significa orientar-se no pensar?* Nela Kant torna mais preciso o significado da expressão “pensar autonomamente”, por ele empregada na “Resposta”. Vale a pena reparar na forma de explicação, idêntica à que organiza as ilustrações oferecidas na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Destaco algumas passagens: “Pensar autonomamente (*Selbstdenken*) quer dizer: buscar dentro de si mesmo (isto é, em sua própria razão) a instância superior de exame da verdade; e a máxima, pensar a todo momento autonomamente, é esclarecimento. (...) *Servir-se de sua própria razão não quer dizer nada mais do que, em tudo o que se possa admitir, perguntar a si próprio: se acha possível que o motivo porque admite algo ou que a regra que se segue do que admite torne-se princípio universal do uso da razão*”⁴. Depreende-se, pois, do que foi dito, que os indivíduos humanos não necessitam esperar passivamente pela filosofia ou por qualquer outra sabedoria heterônoma para descobrir o que têm de fazer.

4. Kant, *ibid.*, p. 282 — grifos meus.

As leis do Estado compõem ainda assim o quadro ético dentro do qual o esclarecimento tem lugar. Aos políticos compete

portanto propiciar as circunstâncias, o solo institucional conveniente onde os espíritos possam atualizar sua maioria. Toda iniciativa de se bloquear o esclarecimento é para ser vista como crime perpetrado contra as futuras gerações. Duas afirmações soam como um alerta aos ocupantes do poder acerca de suas responsabilidades: "A pedra de toque de tudo o que sobre um povo pode ser decidido como lei reside na pergunta: será que um povo se daria a si mesmo uma tal lei?". E mais adiante: "Aquilo que sequer um povo pode decidir sobre si próprio, menos ainda o pode um monarca sobre o povo..."⁵. Um governo é sábio quando não contraria o que recomenda aos principais interessados. Com isso pode-se sublinhar melhor o aspecto pelo qual Kant acreditava viver numa época *apenas* de esclarecimento. O que caracteriza de um modo geral tais épocas — já que tantas outras sequer podem ser assim qualificadas — é um recuo de obstáculos ou impedimentos, como o tão antigo quanto nefasto expediente da censura, o que possibilita ao entendimento recuperar o espaço que lhe é naturalmente de direito. A humanidade retoma lentamente sua marcha rumo à sua destinação ética todas as vezes que as diligências contra a mesma são desfeitas. Um governante está tão mais próximo desse sentido quanto se apercebe de que muito já faz ao não atrapalhar.

II

Com o esclarecimento estão relacionadas as duas tarefas mais difíceis que se apresentam ao homem: educar e governar. Para quem "o homem só se torna homem pela educação", uma atenção especial é concedida ao pensamento pedagógico. Perfeitamente em consonância com o espírito da Ilustração, o interesse educativo não diz respeito apenas às camadas da nobreza ou à burguesia em ascensão, mas refere-se aos destinos do povo como um todo. A filosofia kantiana da educação é um desdobramento bastante conseqüente de sua filosofia moral, em sintonia com sua concepção de história. À pergunta, tão comum, para que educação? Kant responderia: para que se desenvolvam todas as disposições naturais no homem. A destinação do homem é, porém, impossível de ser alcançada no plano individual, pelas razões expostas na "Dialética" da *Crítica da Razão Prática*⁶. Logo, como o título do tratado de seu contemporâneo Lessing sugere, educação é de todo o gênero humano.

O desenvolvimento das faculdades ou das potencialidades humanas não é algo que ocorra por si mesmo. Ele tem de ser provocado e levado a seu termo pelo próprio homem. Não

5. Kant, *Was ist Aufklärung*, in: WA, p. 58.

6. Ver Kant, *Kritik der praktischen Vernunft*, Meiner Verlag, Hamburg, pp. 140ss.

parece ser outro o sentido do breve diálogo entre o criador e sua criatura: "... algo assim poderia o criador dizer aos homens: 'Eu te equipei com todas as disposições para o bem. A ti compete desenvolvê-las, e assim, tua própria felicidade ou infelicidade depende de ti mesmo'"⁷. A educação é pensada como uma arte (*Kunst*) — não da ordem técnico-prática, mas ético-prática, ou, como Kant mesmo o diz, mais que um procedimento mecânico, ela é um processo judicioso, isto é, que depende sempre do concurso mediador da faculdade de julgar, da aplicação dos princípios universais da razão às situações particulares. Ademais, é um processo assentado numa necessária circularidade: o educador também necessita ser educado; a educação, como uma arte ou saber-fazer, depende de conhecimento e este, por sua vez, daquela. Igualmente, no interior da prática pedagógica a primazia deve ser concedida à racionalidade intersubjetiva. O diálogo é indicado como meio mais adequado aos fins éticos da educação, assim como um modelo para a condução dos negócios políticos. Neste ponto, Kant confessa ser um admirador da maiêutica socrática⁸.

A educação é, por conseguinte, uma prática orientada para o futuro, ou seja, a idéia de um estado possivelmente melhor da espécie deve ser componente fundamental do processo pedagógico. O ideal de perfeição ética, bem como todos os pensamentos cosmopolitas daí decorrentes, devem governá-lo como um fim (*Endzweck*). Mas, assim como o esclarecimento individual não brota por geração espontânea, o melhoramento moral não pode ser pensado como uma utópica conversão indutiva dos espíritos, e sim como um processo dependente de uma legislação externa de liberdade em cada *res publica fenomenon*. Não há aperfeiçoamento ético dos indivíduos humanos sem educação da simples multidão para a cidadania, logo, sem boas leis, sem práticas políticas igualmente fundadas na liberdade. O progresso do direito e das instituições em geral é o esteio da esperança na expansão das ações internamente retas. O direito aplaina o terreno onde pode vicejar a moralização da humanidade, fazendo com que "passos não-morais" em direção à mesma sejam dados.

Ora, os políticos profissionais, como Kant mesmo reconhece, costumam desprezar, com arrogância de quem é "experiente", os críticos moralistas da maneira como exercitam seu fazer. Aos olhos daqueles, trata-se de neófitos sonhadores ou de habitantes de algum mundo ideal, que insistem em ignorar que o pensamento acerca dos negócios do Estado ou sobre o modo de governar tem que partir de princípios da experiência, e não de princípios da razão, que "valem na teoria, mas não valem na

7. Kant, *Über Pädagogik*, in: WA, XII, p. 702.

8. Ibid., p. 737. Aqui Kant emite um juízo sobre seu tempo análogo ao manifesto em *Was ist Aufklärung?*: "Vivemos numa época disciplinadora, de cultivação e civilização, mas estamos longe de viver em uma época de moralização". Ibid., p. 708.

prática". Sem dúvida, tal espécie de homem público torna de fato a política uma atividade de saber técnico-prático, baseada em suas *Klugheitslehren*, amálgamas de máximas de felicidade e de proveito pessoal, que merecem que se as traduza muito mais por "doutrinas de esperteza ou sagacidade" do que de "prudência". Em se tratando desses casos, não há mesmo princípio subjetivo mais apropriado que aquele que recomenda moverem-se como serpentes (*Schlangen*). Suas ações, que para Kant não podem sequer ser denominadas de "práxis", pretendem-se conseqüentes — com aquele seu conhecimento supostamente objetivo da natureza humana, que freqüentemente designam por "bom senso". Mas, se assim é, se as críticas dos inexperientes especuladores não passam de manifestações inócuas de irrealismo político, por que se preocupam com elas tais iniciados na *Realpolitik*? Não seria o caso de se revelarem mais conseqüências ainda, tolerando-as?

Kant situa-se no ponto de vista diametralmente oposto: propõe-se a pensar a política em termos éticos, portanto, do prisma do uso prático da razão pura, sob o qual não pode haver conflito entre política e moral. Onde a política é o exercício do direito, o que vale na teoria, vale sempre na práxis. Por isso acha perfeitamente admissível algo como um político moral, alguém que submeta princípios de habilidade política aos princípios universais e superiores de caráter ético. Ao contrário, um moralista político, melhor seria: politiqueiro, que não passa de um adaptador de princípios às conveniências próprias ou às vantagens do momento. Que semelhantes antropólogos de plantão a favor de interesses pessoais bem sabem da imoralidade de seu agir "natural", atesta-o algo bastante simples: o caráter inconfessável, incomunicável — sob risco de anular-se a eficácia de sua esperteza — das máximas que comumente regulam suas ações⁹. As teorias ético-políticas que preconizam — segundo a "experiência" ou o "bom senso" — a natureza incorrigível da espécie humana são, sem dúvida, um desdobramento coerente, mas daquela máxima de que se encontre desculpas posteriores para o que se fizer de mal feito; ou não são mais que exemplos de um tipo de teoria, diz Kant, "que antes produz ela própria o mal que ela mesma prediz".

À publicidade (*Publizität*) está reservada, portanto, uma função de primeira grandeza na relação que o esclarecimento mantém com a política. Ela é um critério a priori, espontaneamente encontrável na razão — pois é a forma do que é direito para se decidir da legitimidade ou não de uma ação política. Kant o enuncia ao formulá-lo como "princípio transcendental", em sua versão negativa: "Todas as ações referidas ao direito de outros

9. Kant destaca as mais notórias no "Apêndice" a *Zum ewigen Frieden*, in: WA, XI, p. 236.

homens, cujas máximas não se coadunarem com a publicidade, são injustas”¹⁰. Através da efetivação desse simples “experimento de razão pura” obtém qualquer ator prontamente, em si mesmo, a verificação ou o exame do que deseja empreender. Não há assim objetivamente discordância entre a política e a moral: “Os princípios puros do direito possuem realidade objetiva, isto é, eles deixam-se realizar ... a política empírica objete o que quiser. A verdadeira política não pode dar nenhum passo sem ter antes homenageado a moral”¹¹.

10. Ibid., p. 245.

11. Ibid., p. 243.

III

No cerne de toda essa discussão em torno do esclarecimento, joga-se o destino de uma crença racional (*Vernunftglaube*): de que o gênero humano esteja imerso em um processo de aperfeiçoamento ético ou se encontre num progresso em direção ao melhor. Esta questão, de que se nutrem diversos quilismos filosóficos, impele a razão a uma apropriação ou uso um tanto incomum do conceito de história — tão mais espantoso quanto nele o futuro, e não o passado, é fundamental. É quase desnecessário dizer que tal uso não aspira ao *status* teórico, a questão não diz respeito à história natural da espécie, nem a empiria é aqui um bom ponto de referência para o pensamento. Semelhante história *a priori* possui no uso prático da razão pura o seu sentido, é história moral ou filosofia moral da história.

Uma história assim construída, como uma autêntica filosofia da esperança legítima, busca encontrar uma racionalidade de ordem teleológica por detrás da dispersão ou da desconexão aparente da multiplicidade de manifestações humanas. Ela opera na forma de um predizer ou antecipar, na qual um ator é apresentado como causa possível daquilo que está sendo declarado. Kant convida-nos por meio dela a agir no presente com vistas ao surgimento possível de um estado mais justo de convivência humana, por que não dizer, de um reino de liberdade. Mas mesmo um pensamento com caráter antecipador não prescinde de lançar mão de algum tipo de evento ou elemento empírico, de algum fenômeno humano, que sirva para mostrar que há na espécie aquela capacidade ou disposição natural para ser causa de algo melhor: um fato que não é para ser considerado sob a ótica das causalidades físicas, imediatas, nelas mesmas, mas como um indício ou sinal daquela “tendência do gênero humano”.

Kant acredita que sejam encontráveis tais eventos comprovantes. Ele próprio privilegia em diversos escritos um deles: a Revolução francesa. Salta aos olhos o entusiasmo com que se refere ao exemplo em questão, o que, num primeiro olhar, poderia parecer uma enorme incoerência em seu pensamento, conhecida sua posição contrária à revolução, de uma forma geral, como saída para os impasses sociais e políticos. De fato, sua opinião é, neste ponto, inequívoca: onde já existe um estado de direito, o que é justo só deve ser buscado através do direito. Revoluções, por maior que seja o peso moral a elas associável, são atos de violência, fenômenos de origem físico-natural — no sentido de derivados da natureza impulsiva, passional, do homem — não transcendendo, portanto, por seu mero *ser*, as recaídas — sempre possíveis — em estado de natureza, às quais se compreendem como resposta. O argumento contra a legitimação *a priori* da revolução não fornece, porém, imunidade ético-política incondicional aos ocupantes do poder de Estado, pois o único culpado por sua ocorrência é o governo que não quer se reformar. Afinal, a quem mais poderia a razão crítica apelar?

O importante na Revolução não é o que fazem os atores na sua contingência e imediata particularidade, sua grandeza não reside, por assim dizer, na sua fenomenalidade, nem no seu sucesso ou fracasso, e sim nas repercussões dessa ocorrência nos espectadores, no seu sentido, no que ela envolve, provoca nos espíritos: uma tomada desinteressada de posição, um partidário racional capaz até de ocasionar afetos ou sentimentos. Em suma, a participação quase entusiástica que ela desperta é o sintoma de que na raiz de tais manifestações de apoio se encontra uma disposição natural de ordem moral.

O exemplo da Revolução francesa é conseqüente com sua história moral ainda por um último motivo. A filosofia kantiana da história repousa sobre a hipótese, ou melhor, sobre o postulado de “fins supremos da natureza” ou de uma “intenção secreta” desta última, noutros contextos designado por “desígnios da providência”, para mencionar apenas algumas dessas expressões permutáveis. Uma de suas proposições enuncia-o com toda nitidez: “Pode-se considerar a história da espécie humana, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política interiormente perfeita e, para este fim, também exteriormente perfeita, como a única situação na qual ela pode desenvolver todas as suas disposições na humanidade”¹². Kant encontra, com isso, um lugar de primeiro grau para a natureza em sua filosofia prática. Mas ao moralizá-la, por assim dizer, não estaria ele reduzindo

12. Kant, *Idee...*, in: WA, Bd. XI, p. 45.

seu parentesco com a outra, a do uso teórico da razão, quase que só ao nome comum?

A natureza é, dentro dessa ótica, a “garantia da paz perpétua”. É proposto como básico o pensamento de que a natureza operaria silenciosamente no sentido de aproximar os homens — mesmo onde estes imediatamente não o desejam. Desse modo, muito do que poderia produzir-se de forma racional, livre, emerge por vias tortas, ao cabo de antagonismos e conflitos. A impotente razão subjetiva obteria socorro onde menos poderia esperar: no jogo contraditório das inclinações egoístas dos indivíduos humanos. A natureza quer que estas suas criaturas atualizem sua potencialidade ética; mecanismos naturais, ou seja, violentos, acabam por impelir os homens ou os povos rumo à solução do problema do estabelecimento da mais correta forma de Estado: a republicana, que é o quadro reformável ou o caminho conveniente dentro do qual é possível uma instrumentalização inteligente daquele jogo de forças conflitantes. Indireta ou sub-repticiamente impõe-se uma racionalidade, como as palavras de Kant mesmo sumarizam: “Ordenar uma multidão de seres racionais e arranjar sua constituição de tal modo que, embora eles, em suas intenções privadas se disponham uns contra os outros, estas se contenham umas às outras de tal forma que, em seu comportamento público, o resultado seja o mesmo, como se eles não tivessem tais más intenções”¹³. A revolução é assim um dos expedientes de que se utiliza a natureza para impulsionar o gênero humano rumo aos fins postos por ela. Ela importa como inserção de um povo naquela trilha do republicanismo, onde é válido esperar que se produza a destinação ética da humanidade.

13. Kant, *Zum ewigen Frieden*, in: WA, XI, p. 224.

Apenas pelo que foi apresentado, é lícito pensar que o *Aufklärer* Kant não acreditava que o aperfeiçoamento ético do gênero fosse provocar o surgimento de anjos no mundo sensível. Para que os alicerces morais da espécie fossem ampliados, diz ele, seria necessária uma nova criação. Não esquecendo que os excessos de otimismo em matéria desse progresso expõem-nos a nos tornar alvo excelente da zombaria dos espertos da política. Se é verdade que, por natureza, o homem não é moralmente bom ou mau, mas torna-se um ser moral, não o é menos que esse devir encontra pela frente enormes resistências. A filosofia do esclarecimento parte da constatação de que os indivíduos humanos têm grande dificuldade em ser seus próprios senhores, principalmente quando suas próprias inclinações, seus interesses pessoais estão em jogo.

Quem está à cata de receitas políticas milagrosas não deve perder seu tempo buscando-as na filosofia kantiana. Pelo contrário, é parte de seu legado uma boa dose de desconfiança a respeito de remédios utópicos. Por ele se é instado a pensar que é, no mínimo, temerário lidar com a sociedade dos homens como o médico da anedota do *Conflito das Faculdades* procedia em relação a seus pacientes. Expectativas de beatitude coletiva não se harmonizam com o espírito de *Para a paz perpétua* e outros escritos em que a história moral é trazida à cena. Já a moral da história, esta parece melhor condensada na historieta de Hume, que Kant transcreve. Ela sugere que os povos um dia ainda descobrirão a inconveniência das guerras, mas só depois de tanto terem-se comportado "como dois bêbados que se agridem com porretes numa loja de porcelanas. Pois não bastasse terem de suportar-se por algum tempo os inchaços que mutuamente se causaram, ainda terão de pagar mais tarde os prejuízos por eles causados".

SÍNTESE NOVA FASE
51 (1990): 33-47

Endereço do autor:
R. Nascimento Silva, 120/302
22421 — Rio de Janeiro — RJ